



Mulheres protestam
contra a capa da
revista "Veja" sobre
Marcela Temer

Impeachment: mídia é acusada de ser golpista e machista

MATÉRIAS PUBLICADAS NAS REVISTAS "VEJA" E "ISTO É" GERARAM PROTESTOS PÁG. 3

TRABALHO

Plano de Temer
prevê fim de direitos

PÁG. 7

ELEIÇÕES SENGE 2016

Chapa "Compromisso com a Democracia"
foi eleita para o triênio 2016-2019. PÁGS. 4 e 5

FISENGE

Empresas usam crise
para retirar direitos

PÁG. 6

O PROGRAMA DE TEMER

Muito embora qualquer programa político sempre precise reunir as condições necessárias para sua realização, é conveniente, no momento atual, dar uma olhada no documento programático do PMDB: "Uma ponte para o futuro", para se ter ideia daquilo que nos aguarda se Temer assumir a presidência.

Ao se referir às premissas para uma retomada do desenvolvimento, o ajuste fiscal ocupa uma posição preponderante, aparecendo como uma questão meramente técnica sem que seja discutido sobre que setores o tal ajuste mais vai incidir. Como nas páginas seguintes o documento questiona os programas sociais e explicita que o ajuste de benefícios deve ser desvinculado do salário mínimo, dá pra imaginar quem mais será penalizado.

O segundo ponto importante do documento é a profissão de fé no credo neoliberal da privatização. O documento afirma: tudo que for necessário será privatizado. Quem vai dizer o que não será necessário?

Finalmente outro ponto central do tal documento se refere à reforma da previdência e já foi objeto de um editorial anterior. O tal déficit, conforme mostramos, é uma peça de ficção e esconde a retirada de direitos e mais arrocho sobre os trabalhadores.

Com tantos retrocessos, a ponte que o PMDB está pretendendo construir é uma volta ao passado recente que tanto queremos esquecer.

Um país, dois pesadelos

JOÃO PAULO CUNHA

Você acabou de acordar e se depara com o seguinte horizonte embaçado: fim dos direitos trabalhistas em favor da negociação direta; diminuição dos investimentos em programas sociais; contingenciamento de recursos para serviços públicos essenciais em nome do pagamento de juros a banqueiros internacionais. É só o começo. Privatização da Petrobrás e de outras empresas públicas estratégicas, Ministério Público e Polícia Federal atados, reforma da Previdência contra direitos adquiridos depois de décadas de suor na lida.

O seu pior pesadelo pode ser questão de dias.

É claro que tudo foi feito dentro da lei. Afinal, medidas tão profundas não precisam do voto popular, da construção política responsável, do funcionamento das instituições democráticas e nem mesmo da participação popular. Basta um golpe. E não é um golpe qualquer. Começa com um julgamento comandado por um réu, que passa o bastão para outro condenado, que terá como relator um senador que usou dos mesmos expedientes que quer cobrar com retórica moralista, enquanto recebe afagos patéticos de seu mentor e patrono-mor do golpe.

Da Lava Jato apenas notícias de festas, máscaras velhas e premiações aos seus heróis de fancaria. Da imprensa, sobra o ressaibo de sentir na carne a crítica de seus modelos internacionais, tão incensados. Os jornalões brasileiros, que fizeram do padrão liberal americano seu espelho, sofrem a crítica acerba e irônica de seus "pares" estrangeiros. E só habitam, como espaço de lamento, a seção de cartas. Os mais ricos empresários de comunicação do planeta entram na história pela porta dos fundos.

Para piorar ainda mais o sonho ruim que parece nos mirar de perto, há a lista dos possíveis ministros que deverão assumir a gestão política e a condução administrativa do país. São nomes medíocres, com história apequenada e candidatos a manchar a biografia para sempre pela ambição que pode durar seis meses. O que há de notável neles é apenas a

falta de substância de seus conhecimentos e compromissos com a democracia. Sabujos de projetos neoliberais, lambe-botas de empresários conservadores, aceitam cumprir a pauta do grande capital rentista, vociferando contra impostos e chamando de moderna a retirada de direitos.

Completando o panorama, a própria figura de Michel Temer sintetiza, em seu vazio ético de traidor, o que se dispõe ao futuro imediato do país. Sem votos, julga poder afrontar o desejo popular; mancomunado com bandidos, pode deixar a legalidade em segundo plano; sem projetos, pode suportar a caução que lhe jogam nos ombros por ter amparado o propósito de operar

contra as instituições. O pouco tempo de que dispõe não é um limite, mas uma ameaça para que seja um homem ainda pior do que tem sido ao longo de décadas de desserviço à política brasileira. Ele tem pressa em ser canalha.

Mas há algo faltando nessa história aparentemente tão pessimista. Nada vai ser assim tão fácil. O brasileiro não lutou por mais de cinco séculos para entregar tão facilmente sua dignidade duramente construída.

O que vem por aí pode ser um pesadelo no primeiro momento, mas vai ter troco rápido. É preciso devolver noites mal dormidas. O pior pesadelo, na verdade, é o que esperam os golpistas. A vida deles, podem ter certeza, há de ser um inferno. Para cada direito ameaçado, uma manifestação iracunda; para cada centavo tirado dos programas sociais, uma mobilização nacional; para cada supressão de conquistas trabalhistas, greve geral. Para cada afronta à liberdade, uma cusparada.

Antes de o sorriso dos golpistas se desmanchar no ar da comemoração, a máscara horrível da afronta contra o povo vai se transformar numa caranca de pavor. Nessa hora, depois de muito tempo, eles finalmente estarão certos. É bom ter medo.

Figura de Michel Temer mostra seu vazio ético e traidor

• Artigo publicado originalmente no jornal Brasil de Fato



SINDICATO DOS ENGENHEIROS NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Av. Rio Branco, 277 - grupos 801 - 8º and. e 1.703 - 17º and.
Rio de Janeiro - RJ - CEP: 20040-009
Tel: (0 XX 21) 3505-0707 Endereço: www.sengerj.org.br
Correio eletrônico: secretaria@sengerj2.org.br
comunicacao@sengerj2.org.br

PRESIDENTE

Olimpio Alves dos Santos

DIRETORIA COLEGIADA

Adalberto Garcia Junior, Agamenon Rodrigues E. Oliveira, Carlos Alberto da Cruz, Clayton Guimarães do Vabo, Clovis Francisco do Nascimento Filho, Eduardo Ramos Duarte, Fernando de Carvalho Turino, Flávio Ribeiro Ramos, Gunter de Moura Angelkorte, Herminio de Aguiar Caldeira, Jorge Antônio da Silva, Jorge Mendes Vieira de Carvalho, Jorge Saraiva da Rocha, Julio César Arruda de Carvalho, Luiz Antônio Cosenza, Marco Antônio Barbosa, Maria Virginia Martins Brandão, Miguel Santos Leite Sampaio, Nei Rodrigues Bezerra, Paulo Cesar Nayfeld Granja, Roberto Ricardo de Araújo Góes, Vera Bacelar Cantanhede de Sá e Victor Marchesini Ferreira.

CONSELHO EDITORIAL

Agamenon Rodrigues E. Oliveira, Gunter de Moura Angelkorte, Jorge Saraiva da Rocha e Miguel Santos Leite Sampaio

CONSELHO FISCAL

Titulares: José Stelberto Porto Soares, Paulo Cesar Quintanilha e Sônia da Costa Rodrigues
Suplentes: Antonio Carlos Alvares Grillo, Euler João Geraldo da Silva e Rogério Antônio da Silva Matos

JORNAL DO ENGENHEIRO

Editora e jornalista responsável:

Katarine Flor (Reg. Prof. 312821)

Repórter: Marcelle Pacheco

Estagiária: Fernanda Ramos

Diagramação: Leonardo Santos

Revisão: NPC

E-mail: imprensa@sengerj.org.br

Tiragem: 2.500 exemplares

Periodicidade: Mensal

Impressão: Folha Dirigida

Cobertura da mídia é acusada de ser machista e golpista

Frente Brasil Popular, Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação e militantes criticam os meios de comunicação e afirmam que eles fomentam o golpe

“**C**oberturas parciais e partidárias, factoides, omissão e divulgação sem grande ênfase de informações que não interessam à formação de opiniões pró-impeachment têm sido flagrantes na atuação da mídia comercial”. O trecho faz parte da convocatória assinada pela Frente Brasil Popular e pelo Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC) para o Dia Nacional de Luta contra o Golpismo Midiático, que aconteceu em 5 de maio.

A Câmara dos Deputados aprovou o prosseguimento do processo de impeachment contra a presidenta Dilma Rousseff (PT) no dia 17 de abril. A decisão passou com 367 votos favoráveis e 137 contrários, além de sete abstenções e apenas duas ausências. Foram 9 horas e 47 minutos de sessão, cobertas em tempo real por todos os veículos de comunicação do país.

Para Renata Mielli, integrante do Centro de Estudos da Mídia Alternativa Barão de Itararé e nova coordenadora geral do FNDC, a mídia tem exercido um papel fundamental na consolidação do golpe em curso no Brasil. “O mo-

nopólio no setor fere a democracia, a liberdade de expressão e o direito à comunicação”, denuncia. Por isso, Renata considera que é essencial mobilizar toda a sociedade para se manifestar no dia 5 de maio contra o golpismo midiático. “É preciso evidenciar o vínculo perverso entre o monopólio e a ausência de pluralidade e diversidade de vozes na mídia, que conduz a uma narrativa única dos fatos, sempre a serviço da pauta conservadora, antipopular e golpista, estimulando o discurso do ódio, o preconceito e a intolerância”.

MÍDIA GOLPISTA E MACHISTA

Durante a edição de março do Café e Política, mesa de debates realizada mensalmente pelo Sindicato dos Engenheiros no Estado do Rio de Janeiro (SENGE-RJ), os participantes citaram diversos casos que evidenciam a atuação parcial dos meios de comunicação comerciais em relação à pauta. Foram mencionadas as diferenças entre as coberturas dos atos a favor e contra o impeachment, a divulgação de gravações de conversas telefônicas do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o circo midiático criado em torno



Militantes criticam a capa da Revista "IstoÉ", intitulada "As explosões nervosas da presidente"

da Operação Lava Jato e das ações da Polícia Federal.

Em nota, a Central Única dos Trabalhadores (CUT) criticou outro aspecto da defesa do golpe: o machismo. No início de abril, a revista “Isto é” publicou uma matéria de capa com o título “As explosões nervosas da presidente”. Para a CUT, matérias como essa são prejudiciais a todas as mulheres. “Descontrole emocional, medicação para esquizofrenia e coisas do tipo são linhas de argumentação que reiteramos ser machistas, fora de propósito e totalmente apelativas, vergonhosas e oriundas de cabeças que não superaram ainda o conceito do ‘sexo frágil’”.

A ONU Mulheres Brasil também se posicionou sobre o assunto. “Nenhuma discordância política ou protesto pode abrir margem e/ou justificar a banalização da violência de gênero”, atestou o comunicado, assinado pela representante da entidade, Nadine Gasman. A nota condena a violência de ordem sexista que vem sendo praticada contra a presidenta Dilma Rousseff, não só na mídia.

"NEM RECATADA, NEM DO LAR, ESTOU NA RUA É PRA LUTAR"

Para piorar, a revista “Veja” chegou às bancas no mês de abril com as palavras “Bela, recatada e do lar” estampadas na capa. A reportagem em questão falava sobre Marcela Temer, esposa do vice-presidente Michel Temer (PMDB), um dos principais articuladores do processo de impeachment contra Dilma. O texto exaltava características da “quase primeira-dama”: a “boa esposa”, “mulher de sorte”, que cuida do filho do casal enquanto o marido trabalha, cuida da casa e não participa da vida política.

Em resposta, milhares de mulheres postaram fotos nas suas redes sociais satirizando a revista, com a hashtag #BelaRecatadaEdoLar. As poses eram das mais diversas: mulheres trabalhando, se manifestando, dançando, lutando, dentre outras. A mobilização também tomou as ruas em todo o país. No Rio de Janeiro, centenas de pessoas ocuparam a frente da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj) no dia 27 de abril. Além de denunciar a “Veja”, a manifestação também pediu o Fora Cunha, Bolsonaro e Pedro Paulo.



art²⁷

GARANTIA PARA O ENGENHEIRO E A SOCIEDADE

Engenheiro, ao preencher a sua Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) no campo referente ao Código de Entidade de Classe, anote o número 27. Desta

forma, você estará repassando 10% de sua ART para o Sindicato dos Engenheiros e estará contribuindo para que o Sengen fortaleça a luta em defesa dos engenhei-

ros e da engenharia nacional. Acesse a página eletrônica do sindicato (www.sengerj.org.br) e conheça um pouco mais a sua entidade representativa.

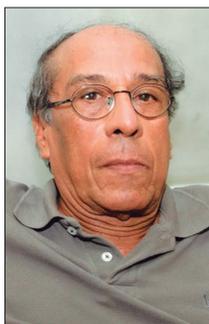
Eleita nova diretoria e novo

VOTAÇÕES FORAM REALIZADAS ENTRE OS DIAS 21 E 23 DE

■ O SENGE-RJ informa que, conforme eleição realizada entre os dias 21 e 23 de março, a chapa “Compromisso com a Democracia” foi eleita para o triênio 2016-2019 no SENGE-RJ. Também foram escolhidos os representantes sindicais nas empresas, em votação realizada entre os dias 5 e 6 de abril.



ADALBERTO GARCIA JUNIOR



AGAMENON RODRIGUES E. OLIVEIRA



CARLOS ALBERTO DA CRUZ



CLAYTON GUIMARÃES DO VABO



CLOVIS FRANCISCO DO NASCIMENTO FILHO



EDUARDO RAMOS DUARTE



FERNANDO CARVALHO



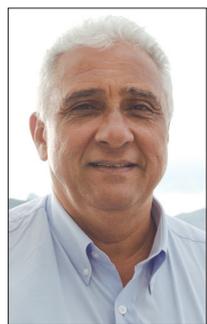
JORGE SARAIVA DA ROCHA



JULIO CÉZAR ARRUDA DE CARVALHO



LUIZ ANTÔNIO COSENZA



MARCO ANTÔNIO BARBOSA



MARIA VIRGÍNIA MARTINS BRANDÃO



MIGUEL SANTOS LEITE SAMPAIO



NEI RODRIGUES BESERRA

VOTA SENGE

As duas eleições foram feitas através do Sistema VotaSenge, sistema de votação pela internet que permite realizar, além de votações, pesquisas de opinião, enquetes e votações sobre diversos assuntos. O Sindicato acredita que o VotaSenge possibilita uma maior participação dos associados nos destinos do seu sindicato. Por isso, é fundamental que você mantenha seus dados cadastrais rigorosamente atualizados, especialmente os seus endereços eletrônicos (e-mails). Mas, atenção, muitas empresas bloqueiam links em seus e-mails corporativos. Por isso, dê preferência ao cadastramento de e-mails pessoais.

Caso o seu e-mail pessoal tenha um anti-spam com bloqueador de e-mails desconhecidos, tais como UOL e BOL, é importante cadastrar

os e-mails do sindicato para que as mensagens não fiquem presas pelo bloqueador. Caso contrário, você não conseguirá votar pela Internet.

Você pode atualizar o seu cadastro diretamente na página do Senge-RJ na internet. Acesse o menu “Serviços” e clique em “Atualize seu cadastro”. Para isso, você precisará entrar com sua matrícula e sua senha. Caso tenha esquecido a sua senha e o seu email esteja correto em nosso cadastro, clique em “Esqueci minha senha”.

Se preferir, você pode entrar em contato com o setor de cadastros do sindicato pelos telefones: (21) 3505-0713 ou (21) 3505-0708. Continuamos trabalhando em prol da categoria representada e, também, para manter o Senge-RJ na vanguarda dentre as organizações sindicais brasileiras.

DIRETORIA ELEITA

- Adalberto Garcia Junior
- **Engenheiro de Tráfego (CET-Rio)**
- Agamenon Rodrigues E. Oliveira
- **Engenheiro Mecânico (Cepel)**
- Carlos Alberto da Cruz
- **Engenheiro Eletricista (Light)**
- Clayton Guimarães do Vabo
- **Engenheiro Eletricista (Light)**
- Clovis Francisco do Nascimento Filho
- **Engenheiro Civil (Cedae)**
- Eduardo Ramos Duarte
- **Engenheiro Civil (Eletrobras)**
- Fernando de Carvalho Turino
- **Engenheiro Civil (CEF)**
- Flávio Ribeiro Ramos
- **Engenheiro Mecânico (Comlurb)**
- Gunter de Moura Angelkorte
- **Engenheiro Nuclear (Eletronuclear)**
- Hermínio de Aguiar Caldeira
- **Engenheiro Metalúrgico (INB)**

- Jorge Antônio da Silva
- **Engenheiro Agrônomo (CREA)**
- Jorge Mendes Vieira de Carvalho
- **Engenheiro Civil (Furnas)**
- Jorge Saraiva da Rocha
- **Engenheiro Mecânico (Central)**
- Julio César Arruda de Carvalho
- **Engenheiro Mecânico (Nuclep)**
- Luiz Antônio Cosenza
- **Engenheiro Eletricista (Central)**
- Marco Antônio Barbosa
- **Engenheiro Mecânico (Inea)**
- Maria Virgínia Martins Brandão
- **Engenheira Eletricista (Eletronuclear)**
- Miguel Santos Leite Sampaio
- **Engenheiro Eletricista (Furnas)**
- Nei Rodrigues Beserra
- **Engenheiro Mecânico (Light)**
- Olímpio Alves dos Santos
- **Engenheiro Eletricista (Ampla)**
- Paulo César Nayfeld Granja
- **Engenheiro Civil (Central)**

os representantes sindicais

MARÇO E 5 E 6 DE ABRIL, ATRAVÉS DO SISTEMA VOTASENGE

Fotos: Adriana Medeiros/Arquivo



CONSELHO FISCAL



- Roberto Ricardo de Araujo Goes
- **Engenheiro Mecânico (Eletrobras)**
- Vera Bacelar
- **Engenheira Civil (CET-Rio)**
- Victor Marchesini Ferreira
- **Engenheiro Eletricista (Petrobras)**

REPRESENTANTES SINDICAIS

- **AMPLA**
Aluíres da Silva Monthé
(titular)
- **CEDAE:**
Jorge Luiz Marinho Muniz
(titular)
Cleonice Lúcia Barbosa Mattos
(suplente)
- **CENTRAL:**
Lígia Pêsoa de Azevedo
(suplente)
Luiz Euler Carvalho de Mello
(titular)
- **CET-RIO**
Ítalo José Bruno Madeira
(titular)
Henrique Mendes Torres
(suplente)

- **CREA-RJ:**
Cluede Pereira da Silva
(titular)
Fábio Pimentel Rabello
(suplente)
- **INB:**
Alexandre Roberto Soares
(titular)
- **FURNAS:**
Galvani Cavalcante
(titular)
Ricardo Mizrahi
(titular)
Felipe Ferreira de Araújo
(titular)
- **LIGHT**
Lídia Dulcina (titular)
Afonso Montenegro (titular)
Fábio de Jesus (titular)
- **NUCLEP:**
Alexandre Fraga Viana
(titular)

Glauca Menezes Salvador Valle
(suplente)

• **ELETROBRÁS:**
Marcus Paes Barreto
(titular)

• **ELETRONUCLEAR:**
Vinícius Damas Baptista
(titular)
Romulo Justino
(titular)

• **EPE:**
Euler João Geraldo da Silva
(titular)

• **ONS:**
Ramon Sergio Sampaio Parente
Vianna
(titular)
Neyl Hamilton Martelotta Soares
(titular)

CONSELHO FISCAL

Titulares:

- José Stelberto Porto Soares
- **Engenheiro Civil (PMRJ)**
- Paulo Cesar Quintanilha
- **Engenheiro Civil (Cedae)**
- Sônia da Costa Rodrigues
- **Engenheira Civil (Central)**

Suplentes:

- Euler João Geraldo da Silva
- **Engenheiro Civil (EPE)**
- Rogério Antônio da Silva Matos
- **Engenheiro Químico (EPE)**
- Antonio Carlos Alvares Grillo
- **Engenheiro Civil (Cedwae)**

Empresas usam crise para retirar direitos

D emissões, paralisações de obras, diminuição dos salários e precarização das condições de trabalho. Essas são algumas das situações pelas quais a engenharia nacional está passando. Em recente matéria publicada no dia 22/3, no site da revista "Exame", intitulada "E agora, engenheiros, seguir na área ou migrar?", o texto aponta sérias problemáticas. Há trechos preocupantes que afirmam a prática da exploração e precarização do trabalho como forma de superação da crise: "Aceitar remunerações mais baixas ou buscar aprimoramento técnico são algumas das saídas apontadas pela gerente da Robert Half para engenheiros que querem seguir na área".

A engenheira química e diretora da mulher da Fisenge, Simone Baía, acredita que as empresas usam esse discurso para não cumprir o Salário Mínimo Profissional (SMP) e retirar mais direitos dos trabalhadores. "Induzir à aceitação de baixas remunerações me parece um artifício para além do não cumprimento do SMP. O setor empresarial quer promover uma ampla retirada de direitos da classe trabalhadora", disse Simone.

Dados do Caged (Ministério do Trabalho e Emprego) apontam o total de 53.770 engenheiros desligados em todo o ano de 2015. Além da perda de postos de trabalho, este cenário influencia diretamente na qualidade das condições de trabalho. "Historicamente, nosso país foi construído a partir da lógica de acúmulo de riqueza, e não pela igualdade de direitos. Se queremos falar sobre democracia, precisamos democratizar as relações de trabalho, que são relações sociais", pontuou Jardel Leal, supervisor técnico do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese). O Brasil advém de uma formação colonial agrária com resquícios da escravidão e de ditaduras nas suas relações sociais. "A formação para cidadania é confundida com a formação para o mercado de trabalho. A lógica ainda é de mando, e não estamos formando cidadãos como sujeitos políticos portadores de direitos, oferecendo remuneração digna e respeito às condições de trabalho", destacou Jardel.

A crise política está promovendo um verdadeiro desmonte da engenharia nacional com a paralisação de obras, rompimento de contratos e demissões em massa. Esta conjuntura abre uma avenida de oportunidades para a entrada de empresas estrangeiras e a precarização das relações de trabalho. No Brasil, os espanhóis e os chineses estão ocupando boa parte do espaço, além de uma defesa das terceirizações capitaneada pela Fiesp e determinados parlamentares. "Em primeiro lugar, é importante frisar que defendemos a apuração e a responsabilização dos casos de corrupção. O que estamos vendo hoje é a apropriação dessa situação para promover uma agenda de retirada de direitos da classe trabalhadora e de perda da soberania nacional", afirmou o engenheiro civil e sanitarista Clovis Nascimento, presidente da Fisenge.

JOVENS ENGENHEIROS E MULHERES

Um outro elemento preocupante é a entrada de recém-formados no mercado de trabalho. Isso porque as empresas oferecem remunerações abaixo do Salário Mínimo Profissional e condições de trabalho precarizadas. "Praticamente em todas as modalidades há uma oferta grande de pessoas recém-formadas e uma demanda muito pequena de vagas. E o resultado são pessoas jovens, recém-qualificadas e desempregadas. O próprio mercado pressiona para que os profissionais aceitem remunerações mais baixas em função deste desequilíbrio entre a oferta e a demanda. Precisamos defender o cumprimento do SMP, pois nossos salários serão, a cada dia, mais atacados", disse a engenheira de alimentos e diretora da Fisenge, Silvana Palmeira.

As mulheres, embora maioria da população brasileira, ainda ganham menos que os homens. Segundo os dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), homens ainda ganham mais do que as mulheres: em 2014, homens tinham o salário médio de R\$ 1.831, enquanto as mulheres ganhavam R\$1.288. As mulheres negras têm a menor remuneração, com valor médio salarial de R\$ 946, e os homens



brancos com maior rendimento, de R\$ 2.393 no mesmo ano. De acordo com Simone Baía, o Salário Mínimo Profissional da engenharia é um importante instrumento para equiparação salarial. "Temos um valor que é o piso mínimo estabelecido e, embora muitas empresas insistam em descumprir, nós, mulheres engenheiras, conseguimos entrar no mercado de trabalho com um valor salarial igual. É claro que não acaba com as vulnerabilidades, uma vez que homens ocupam mais espaços de poder e seus salários aumentam mais rápido", ela explicou.

DIREITOS TRABALHISTAS

Em uma entrevista viralizada na internet, o atual presidente da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), Benjamin Steinbruch, afirmou: "Normalmente, não precisa de uma hora de almoço, porque o cara não almoça em uma hora. Nos EUA, nós vemos o cara almoçando com a mão esquerda e trabalhando com a mão direita". Os empresários defendem amplamente a flexibilização das leis trabalhistas, bem como parlamentares e seus grupos políticos. O documento do PMDB "Ponte para o Futuro" defende, na prática, o Estado mínimo e a ampla retirada de direitos com as reformas trabalhista e da previdência.

A defendida "modernização do Estado" se materializa com a pressão pela aprovação do Projeto de Lei 4330 na Câmara (agora PLS 30 no Senado), que possibilita a terceirização das atividades-fim das empresas. Na prática, uma empresa poderá contratar profissionais terceirizados e promover a chamada "pejotização", ou seja, a contratação por Pessoa Jurídica, uma relação de trabalho precarizada que não garante direito a férias, FGTS, entre outros benefícios sociais. O senador Paulo Paim, relator do projeto, destaca que está em curso uma agenda de retirada de direitos sociais. "Dados mostram que em cada 100 ações na Justiça do Trabalho, 80 correspondem a terceirizados, que também são maioria nos acidentes e mortes no trabalho. Ainda há o projeto

que prevê a prevalência do negociado sob o legislado, que praticamente rasgará a CLT", explicou Paim.

Segundo estudo elaborado pela Central Única dos Trabalhadores (CUT) e pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), os trabalhadores terceirizados, que somam cerca de 12,7 milhões de indivíduos (6,8%) do mercado de trabalho, recebiam, em dezembro de 2013, 24,7% a menos do que os que tinham contratos diretos com as empresas. Além disso, tinham uma jornada semanal de três horas a mais e estavam mais suscetíveis a acidentes de trabalho.

Na França, estudantes, ao lado de movimentos sindical e social, vão às ruas contra uma reforma trabalhista promovida pelo governo. As mudanças preveem flexibilização da jornada de trabalho, hoje de 35 horas, e novo contrato para menores de 26 anos que oferece um período de experiência de dois anos. Neste período, patrões podem cancelar o contrato sem oferecer explicações ou aviso, o que irá precarizar a força de trabalho da juventude francesa.

Por outro lado, no Brasil, os bancos prevalecem entre os maiores lucros do país: 6 dos 20 maiores lucros pertencem a eles, de acordo com levantamento da Economática. "Gastamos quase metade de tudo que arrecadamos pagando instituições financeiras privadas", afirmou a auditora aposentada da Receita Federal e coordenadora nacional da Auditoria Cidadã da Dívida, Maria Lúcia Fattorelli. O senador Paulo Paim alerta que é necessária uma mudança na política econômica. "Hoje, temos uma política que beneficia o sistema financeiro. Precisamos baixar a taxa de juros, fortalecer o mercado interno e promover uma reforma tributária", completou.

Camila Marins para a Fisenge

Uma ponte para o fim dos direitos trabalhistas

Projeto ataca a legislação trabalhista, programas sociais e empresas estatais

Fonte: CUT

O plano do vice-presidente da República, Michel Temer, caso venha a assumir o posto da presidenta Dilma Rousseff, já está pronto. Chamada de “Uma ponte para o futuro” e amplamente divulgada na grande mídia, inclusive nas revistas “Exame”, “Veja”, “Isto É” e “Época”, a agenda proposta pelo presidente nacional do PMDB tem alvos muito bem delineados: direitos trabalhistas, sociais e estatais.

Ao conclamar o capital financeiro, rentistas da dívida pública, grandes grupos de mídia e a intelectualidade neoliberal para colaborar com o plano, Temer deixa claro a quais interesses servem sua “ponte para o futuro”.

Por trás do discurso anticorrupção, o real objetivo de usurpar do cargo

uma presidenta democraticamente eleita por 54,4 milhões de votos, sem que pese contra ela qualquer crime de responsabilidade (como exige a Constituição), é aniquilar a legislação trabalhista, cortar direitos sociais e implantar uma política de “desenvolvimento” essencialmente privatista.

“A questão que está colocada não é defender um governo. Sempre cobramos, e vamos continuar cobrando, mudanças no rumo da atual política econômica. Porém, não podemos

permitir que esses que querem passar por cima da Constituição imponham, à revelia da vontade expressa nas urnas, um programa de governo que traz graves e inúmeros prejuízos para o trabalhador brasileiro”, afirma Juvandia Moreira, presidenta do Sindicato dos Bancários e Financeiros de São Paulo, Osasco e Região.

JURISTAS

Marco Aurélio Mello, ministro do Supremo Tribunal Federal, é bem cla-

ro: “Se não houver fato jurídico que respalde o processo de impedimento, esse processo não se enquadra em figurino legal e transparece como golpe”.

O professor titular da Faculdade de Direito da USP André Ramos Tavares diz que “o processo de impeachment é uma exceção que confirma o presidencialismo como um modelo avançado de governo. Por isso que não é possível nesse momento caracterizar qualquer situação como atentatória à Constituição por parte da presidente da República. O que estamos vivenciando, na verdade, é uma tentativa de mudar a própria Constituição para atender a situações e demandas de determinados segmentos ou orientações ideológicas”.

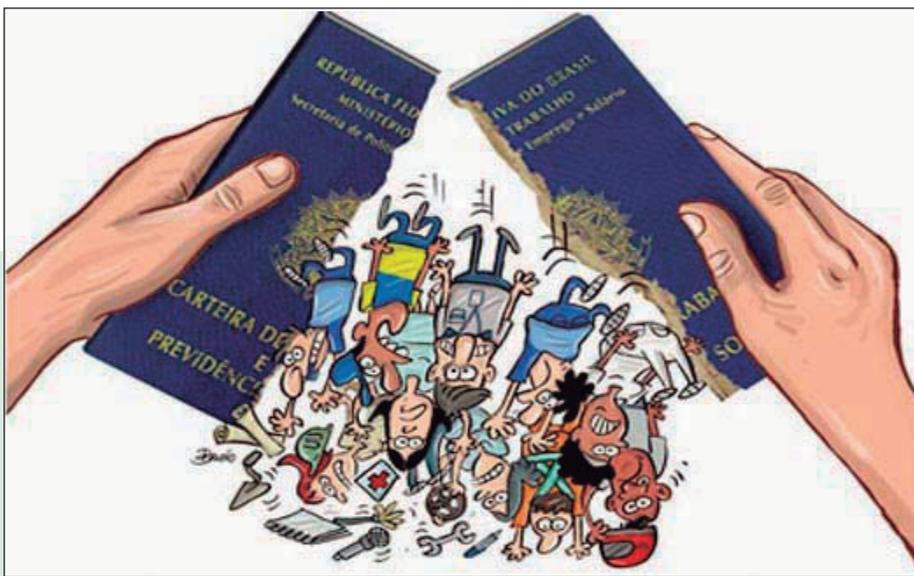
Confira as principais propostas do plano “Uma ponte para o futuro” e entenda o que está em jogo hoje no Brasil.

- **Idade mínima de aposentadoria não inferior a 65 anos para homens e 60 para mulheres:** afeta especialmente as pessoas de baixa renda, que em grande parte começam a trabalhar muito cedo.

- **Fim do piso para benefícios previdenciários:** Com a proposta de eliminar a indexação de qualquer benefício previdenciário com o valor do salário mínimo, o trabalhador poderá receber como aposentadoria um valor inferior ao salário mínimo vigente.

- **Fim da política de valorização do salário mínimo:** anula-se a regra de reajuste anual do salário mínimo (correção da inflação mais o percentual médio de crescimento do PIB nos dois anos anteriores), que garantiu valorização de 76% nos últimos 12 anos.

- **Prevalência do negociado sobre o legislado:** acaba com a CLT ao permitir que convenções e acordos coletivos prevaleçam sobre a legislação trabalhista. A proposta não leva em conta a existência de sindicatos fracos, pouco transparentes e democráticos, alguns que inclusive sofrem interferência pa-



O que está em jogo hoje no Brasil

tronal. Para uma proposta como essa ser benéfica aos trabalhadores, seria necessário que todo o universo sindical brasileiro fosse composto por entidades fortes e combativas. Porém, esta não é a realidade de muitas categorias, a exemplo dos terceirizados.

- **Terceirização fraudulenta:** aliado de Temer, o deputado Eduardo Cunha (réu na Lava Jato) defende a legalização da terceirização ampla e irrestrita da força de trabalho, inclusive para atividades-fim das empresas, o que traria prejuízos inestimáveis aos trabalhadores. Terceirizados trabalham mais, ganham menos e sofrem mais com acidentes e doenças ocupacionais.

- **Orçamento Zero:** receitas hoje destinadas para saúde, educação e demais políticas sociais não seriam mais vinculadas aos percentuais mínimos previstos na lei orçamentária, e sim avaliadas ano a ano. Ao invés de ser obrigado por lei a investir em saúde e educação, o governo ficaria livre para decidir onde aplicará recursos. Acaba-se com o planejamento de longo prazo e cria-se enorme insegurança entre beneficiários de programas como Bolsa Família; Minha Casa, Minha Vida; Fies; Pronatec; e Prouni.

- **Reforma tributária em benefício dos muito ricos:** apresenta-se como intenção simplificar o sistema

tributário. No entanto, o plano não ataca a real e mais perversa distorção deste sistema: pobres, trabalhadores e classe média pagam pesados impostos, enquanto ricos, latifundiários, multinacionais e rentistas pagam proporcionalmente muito menos.

- **Fim do regime de partilha do setor de óleo e gás:** Abre-se mão de recursos do Pré-Sal, que revolucionariam a educação e saúde no Brasil, para entregá-los para petroleiras estrangeiras. O petróleo está no centro de grandes disputas mundiais e, como revelou o Wikileaks, importantes políticos brasileiros, aliados de Temer, estão alinhados com interesses de companhias multinacionais e comprometidos com um processo de privatização da Petrobrás.

- **Política privatista de desenvolvimento:** ampliação das privatizações e concessões no país. Isso somado ao apoio ao PLS 555, conhecido como Estatuto das Estatais, que obriga empresas estatais de economia mista, como a Caixa, a tornarem-se sociedades anônimas, submetidas não mais ao interesse público, e sim à lógica do mercado.

Projeto de lei pode facilitar o uso de agrotóxicos no Brasil

O PL 3200/2015 propõe criar uma comissão técnica designada pelo Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, deixando de fora a Anvisa e o Ibama

A Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida completou 5 anos no dia 7 de abril de 2016. No entanto, o movimento mal teve tempo de comemorar. No dia 12, foi criada a Comissão Especial na Câmara dos Deputados para analisar e dar um parecer sobre Projeto de Lei (PL) 3200/2015, que altera o sistema normativo de agrotóxicos no país. O texto propõe alterar a nomenclatura de agrotóxicos para “defensivos fitossanitários e de controle ambiental”, além de definir e omitir conceitos já consolidados na legislação vigente. A atual Lei de Agrotóxicos (7802/1989) foi fruto

de um amplo processo de lutas sociais pelos direitos do povo e preservação do meio ambiente. Para o MST, o objetivo da medida é “facilitar o uso de agrotóxicos no país, abrindo diversas brechas na lei atual”.

O PL 3200 foi protocolado no dia 6 de outubro de 2015 pelo Deputado Federal Covatti Filho (PP/RS). Caso seja aprovado, o processo de registro e reavaliação de agrotóxicos passaria a ser responsabilidade de uma Comissão Técnica Nacional de Fitossanitários (CTNFito) criada para este fim. Os integrantes



Reprodução

ra, Pecuária e Abastecimento, como cargos de confiança, e a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) seriam excluídos das discussões.

Além disso, a proposta também altera os critérios para a proibição de agrotóxicos. Ao invés de proibir todos os produtos que causam má-formação fetal, mutação genética ou câncer, como é hoje, o PL 3200 proíbe a aplicação daqueles “que revelem um risco inaceitável para características teratogênicas, carcinogênicas ou mutagênicas”. Em nota, o MST avalia que a mudança abre brecha para esse tipo de agrotóxico. “Com esse acréscimo, passa-se a admitir um grau de risco aceitável”, afirma.

da comissão seriam designados diretamente pelo Ministro da Agricultu-

Por que limitar o uso de agrotóxicos?

Na publicação "Agrotóxicos no Brasil - um guia para ação em defesa da vida", a engenheira agrônoma Flávia Londres revela dados alarmantes sobre o uso de agrotóxicos no Brasil. Segundo a autora, o governo federal concede redução de 60% da alíquota de cobrança do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) a todos os agrotóxicos através do Convênio ICMS 100/971. A última prorrogação do Convênio estendeu o benefício

até 31/12/2012. Além disso, o Decreto 6.006/062 isenta completamente da cobrança de IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) os agrotóxicos fabricados a partir de uma lista de dezenas de ingredientes ativos (incluindo alguns altamente perigosos como o metamidofós e o endossulfam, que recentemente tiveram o banimento determinado pela Anvisa). Além disso, o Decreto 5.630/053 isenta da cobrança de PIS/PASEP (Programa de Integração Social/

Programa de Formação do Patrimônio do Servidor) e de COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) os “defensivos agropecuários classificados na posição 38.08 da NCM e suas matérias-primas”, isto é, produtos diversos das indústrias químicas como inseticidas, fungicidas e herbicidas.

Por isso, o uso de agrotóxicos no Brasil cresceu muito nas últimas décadas. Entre 2001 e 2008 a venda no país saltou de pouco mais de US\$ 2 bi-

lhões para mais US\$ 7 bilhões, levando o país à posição de maior consumidor mundial de agrotóxicos. Os dados são do Sindag (Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Defesa Agrícola). O Brasil se tornou também o principal destino de produtos banidos no exterior. Segundo dados da Anvisa, são usados nas lavouras brasileiras pelo menos dez produtos proibidos na União Europeia (UE), Estados Unidos, China e outros países.



Senge-RJ

**SINDICATO DOS ENGENHEIROS
NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

Av. Rio Branco, 277 - grupos 801 - 8º and. e 1.703 - 17º and.
Rio de Janeiro - RJ - CEP: 20040-009
Tel: (0 XX 21) 3505-0707 Endereço: www.sengerj.org.br
Correio eletrônico: secretaria@sengerj2.org.br
comunicacao@sengerj2.org.br